

NORMATIZA MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA
DE ÓRGÃOS PÚBLICOS.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista em especial o Artigo 46 e seu Parágrafo Único, da Constituição Estadual e o Artigo 2º, XXVI, da Lei Complementar n.º 11, de 18.12.91 e, Considerando que o § 3º, do Artigo 164 da Constituição Federal estabelece:

“Art. 164.

§§ 1º e 2º “omissis”

§ 3º. As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Órgãos, ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei”.

Considerando que o Artigo 171 e Parágrafos da Constituição do Estado dispõem:

“Art. 171. A arrecadação de tributos e demais receitas, dos órgãos da Administração Pública direta e indireta, será efetuada exclusivamente, pelo Banco do Estado de Mato Grosso S/A, onde este possua dependências.

§ 1º. As contribuições sociais devidas também serão, obrigatoriamente, depositadas em instituição financeira pública estadual.

§ 2º. Para a movimentação de recursos financeiros, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, manterão, obrigatoriamente, conta corrente no Banco do Estado de Mato Grosso S/A.

CONSIDERANDO, finalmente, ser necessário a fixação de parâmetros e orientação de procedimentos quanto à movimentação bancária dos órgãos públicos jurisdicionados do Tribunal.

DECIDE:

1. Todos os órgãos ou entidades dos Poderes Públicos do Estado, dos Municípios e das empresas eventualmente por eles controladas deverão depositar e movimentar as suas disponibilidades de caixa em instituições financeiras oficiais, nos termos da Constituição Federal.

2. Quando se tratar de órgãos ou empresas estaduais, os depósitos e movimentação das suas disponibilidades de caixa deverão ser obrigatoriamente feitos no Banco do Estado de Mato Grosso S/A, em obediência ao disposto no artigo 171 e seus parágrafos da Constituição Estadual.
3. No caso de aplicações de recursos no mercado financeiro, objetivando resguardá-los de desgaste inflacionário, há que ser buscada taxa que melhor remunere a aplicação, sempre em instituições financeiras oficiais e sem prejuízo da execução dos programas de trabalho.
4. Quando se tratar de recursos provenientes de convênio, acordo ou ajuste e outros instrumentos congêneres celebrados e seus saldos, deverá ser observado o disposto no artigo 116, §§ 4º, 5º e 6º, da Lei n.º 8.666/93.
5. Nos Municípios em que não exista agência de instituição financeira oficial, lei municipal deverá autorizar, excepcionalmente, a movimentação dos recursos em instituição financeira privada, até que ocorra a instalação de instituição oficial, quando a esta deverá ser transferida toda a movimentação.
6. O descumprimento das normas aqui expressadas importará na aplicação ao responsável da multa prevista no artigo 61, II e Parágrafo Único, da Lei Complementar n.º 11, de 18.12.91, correspondente a até 100 UPF/MT.
7. Esta Decisão Normativa entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições que com ela conflitem.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 09 de dezembro de 1.993.

CONSELHEIRO ARY LEITE DE CAMPOS –
PRESIDENTE

CONSELHEIRO OSCAR DA COSTA RIBEIRO –
RELATOR

CONSELHEIRO TERESINO ALVES FERRAZ
CONSELHEIRO DJALMA METELLO DUARTE
CONSELHEIRO UBIRATAN SPINELLI
CONSELHEIRO BRANCO DE BARROS

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1.993.

MARILZA MARIA OLIVEIRA CONFESSOR –
Auxiliar Instrutivo

Visto Conferido: MARTA RITA DE CAMPOS –
Assessora Especial de Plenário.